

**HABEAS CORPUS Nº 492.370 - AM (2019/0036624-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DÉLIO FORTES LINS E SILVA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : DÉLIO FORTES LINS E SILVA - DF003439  
LARISSA LOPES BEZERRA - DF044550  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO  
**PACIENTE** : BHAGWAN RAMCHAN MIRPURI

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de BHAGWAN RAMCHAN MIRPURI apontando como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos no art. 22 da Lei n. 7.492/1986 e no art. 1º, VI, da Lei n. 9.613/1998, em continuidade delitiva, nos termos do art. 71 do Código Penal (e-STJ fls. 20/24).

Em primeira instância, condenou-se o ora paciente, pelos fatos descritos na denúncia, ao cumprimento de 8 anos e 4 meses de reclusão, inicialmente em regime fechado. Na ocasião, negou-se a possibilidade de recurso em liberdade (e-STJ fls. 26/44).

A sentença foi reformada pelo Tribunal de origem, que acolheu parcialmente a apelação defensiva para absolver o ora paciente em relação ao delito do art. 1º, VI, da Lei n. 9.613/1998. Em relação ao crime remanescente, fixou-se a pena em 3 anos e 6 meses de reclusão, mais 180 dias-multa, a ser cumprida em regime aberto; a Corte *a quo* substituiu, ainda, a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos (e-STJ fls. 46/75).

A defesa opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados pela Corte Regional (e-STJ fls. 77/83).

Narra a inicial que o recurso especial ofertado pela defesa não foi admitido e que o Tribunal de origem, em 17/8/2018, determinou o início da execução provisória da pena restritiva de direitos (e-STJ fl. 6). Acrescenta ainda que, "*posteriormente, foi apenas ALTERADA a DATA para INÍCIO do cumprimento da execução PROVISÓRIA determinada pela eminente membro da referida Corte Regional*

*Federal, aqui apontada na condição de autoridade coatora, agora o dia 18/03/2019, data do PERECIMENTO do direito do paciente" (e-STJ fl. 7).*

Irresignada, a defesa impetrou o presente *habeas corpus* perante esta Corte Superior (e-STJ fls. 3/13) ao argumento de que há evidente constrangimento ilegal na determinação de imediato cumprimento da pena restritiva de direitos sem o trânsito em julgado do édito condenatório, em clara divergência ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça quanto ao tema.

Além disso, asseverou que, *"como existe no caso recurso especial tempestivamente interposto e ainda não julgado, o despacho aqui hostilizado JAMAIS poderia ter sido exarado pela eminente Desembargadora Federal Mônica Sifuentes, membro do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, já que NÃO pode existir execução PROVISÓRIA da pena RESTRITVA DE DIREITOS ANTES do TRÂNSITO EM JULGADO"* (e-STJ fls. 11/12).

Diante disso, pleiteia, em tema liminar, sejam sustados os efeitos da determinação de execução provisória da pena restritivas de direitos até o julgamento definitivo deste *writ*. No mérito, requer a confirmação da liminar, com a concessão da ordem, garantindo-se ao paciente que o cumprimento da pena só tenha início após o trânsito em julgado da condenação.

É, em síntese, o relatório.

A nova orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal é a de possibilitar a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário (HC n. 126.292/SP, relator Ministro Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJe 17/5/2016).

Observe-se que, naquele julgamento, o STF deixou assentado que a execução de sentença penal condenatória confirmada por Tribunal de segundo grau de jurisdição *"não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal"*.

O referido entendimento estendia-se às penas restritivas de direitos em virtude da compreensão da Sexta Turma desta Corte de que, *"embora o Supremo*

Tribunal Federal, em outra época, quando também admitia a execução provisória, ressalvasse o entendimento de que as penas restritivas de direitos só poderiam começar a ser cumpridas após o trânsito em julgado da condenação, a atual jurisprudência do pretório excelso não faz, ao menos expressamente, essa ressalva" (HC n. 380.104/AM, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14/2/2017, DJe 22/2/2017).

No entanto, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do EREsp n. 1.619.087/SC, firmou o entendimento de que a execução das reprimendas restritivas de direitos somente pode ocorrer quando transitada em julgado a condenação, em observância ao comando legal contido no art. 147 da Lei de Execução Penal. Eis a ementa do aludido julgado:

*EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 147 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. PROIBIÇÃO EXPRESSA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO STF. EMBARGOS REJEITADOS.*

*1. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido pela viabilidade da imediata execução da pena imposta ou confirmada pelos tribunais locais após esgotadas as respectivas jurisdições, não analisou tal possibilidade quanto às reprimendas restritivas de direitos.*

*2. Considerando a ausência de manifestação expressa da Corte Suprema e o teor do art. 147 da LEP, não se afigura possível a execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação.*

*3. Embargos de divergência rejeitados. (Relator Ministro Jorge Mussi, julgado em 14/6/2017 e publicado em 24/8/2017, grifei.)*

Aliás, tal compreensão foi reafirmada pela Terceira Seção desta Corte com o julgamento, em 24/10/2018, do HC n. 435.092/SP. Confira-se o teor da ementa do aludido julgado:

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. 1. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PELO STF. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO EXERCIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. 2. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. NÃO POSSIBILIDADE. ART. 147 DA LEP. AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA À SÚMULA VINCULANTE 10/STF. 3. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. CF/88,*

ART. 97. VIGÊNCIA DA LEI 7.210/1984 (ART. 147). 4. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. CONCESSÃO DA ORDEM MANTIDA.

1. O fato de haver decisões monocráticas ou de órgãos fracionários do Supremo Tribunal Federal considerando que o entendimento firmado no Agravo em Recurso Especial n. 964.246/SP, submetido ao rito da repercussão geral, abrange também a execução provisória de penas restritivas de direitos, não enseja, data venia, a retratação do julgado. A diretriz firmada em repercussão geral não faz referência ao disposto no art. 147 da Lei de Execuções Penais, o qual se mantém hígido e não pode deixar de ser aplicado pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de violação da cláusula de reserva de plenário.

2. De outra parte, há pronunciamento expresso da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no AREsp 971.249/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 28/11/2017) no sentido da vigência do art. 147 da LEP, não vislumbrando o Órgão máximo deste Tribunal razão para afastar o dispositivo em tela por inconstitucionalidade ou "interpretação conforme". Este dado é muito importante no caso concreto, em que se pretende que a Terceira Seção reveja sua posição consolidada (EResp. 1.619.087/SC, Rel. p/ Acórdão Ministro JORGE MUSSI, Terceira Seção, julgado em 14/06/2017, DJe 24/08/2017) e oferte interpretação "conforme" ou "inconstitucionalidade por arrastamento", contrariando, todavia, a diretriz da Corte Especial supramencionada. Dessa forma, enquanto não houver declaração expressa de inconstitucionalidade do referido comando normativo, quer pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal quer pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (CF/88, art. 97), não é possível deixar de aplicá-lo, sob pena de violação da Súmula Vinculante n. 10 do Pretório Excelso. Doutrina e jurisprudência.

3. Em suma: a) o Supremo Tribunal Federal, ao tratar sobre a execução provisória da pena, no HC n. 126.292/SP, no ARE n. 964.246/SP e nas Ações Diretas de Constitucionalidade 43 e 44, decidiu apenas acerca da pena privativa de liberdade, nada dispondo sobre as penas restritivas de direito; b) somente em sede de tutela cautelar nas aludidas ADCs é que foi examinado o art. 283 do CPP e não houve, na ocasião, qualquer arrastamento quanto ao art. 147 da Lei 7.210/1984; c) ao tempo em que vigorava o entendimento de ser possível a execução provisória da pena (até 05/02/2009, com o julgamento do HC 84.078/MG), como agora, a Suprema Corte não a autorizava para as penas restritivas de direito. Precedentes do STF e do STJ; d) incidência, portanto, na espécie, da Súmula Vinculante n. 10.

4. Agravo regimental a que se nega provimento, para manter a concessão da ordem. Aplicação do disposto no art. 1.041 do NCPC, c/c art. 3º do CPP. Retorno dos autos à Vice-Presidência do STJ. (AgRg no HC 435.092/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, relator para acórdão Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/10/2018, DJe 26/11/2018.)

Ante o exposto, **defiro a liminar** para suspender a execução provisória das penas restritivas de direitos fixadas até o julgamento final do presente *writ*.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se, ainda, que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, também, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator